



O Discurso da Violência Urbana no Gênero Textual Jornalístico: um Estudo do Caso Bernardo Boldrini¹

Ricelle Fernandes Queiroz TINTIN²

Adriano Lopes GOMES³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo abordar como a mídia constrói e manipula o discurso da violência urbana por meio da análise de uma amostra de seis notícias veiculadas no jornal Folha de São Paulo, no período compreendido entre 17 de abril e 05 de junho de 2014, e que abordam o caso do assassinato do menino Bernardo Boldrini. Para analisar esse discurso, nos embasaremos primordialmente nas teorias de comunicação e do jornalismo de WOLF (2005) e TRAQUINA (2005), bem como na teoria da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, em especial no enfoque dado pelos autores FOUCAULT (1999) e ORLANDI (2012). Tal análise nos permitiu observar como a mídia constrói a realidade social se valendo das relações semânticas das palavras para direcionar pensamentos, disseminar pré-julgamentos e até mesmo atuar de modo sensacionalista.

PALAVRAS-CHAVE: violência urbana; jornalismo; análise do discurso; manipulação.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado diante da constatação de como a relação entre poder e mídia vem se manifestando nos dias atuais, relação essa que comumente é abordada do ponto de vista das teorias da comunicação mas ainda pouco explorada do ponto de vista das teorias da escola francesa de análise do discurso (AD). Considerada um ramo das ciências da linguagem, a AD é uma teoria que, dentre outros aspectos, estuda os laços entre a produção do discurso e os seus efeitos sociais relacionados ao poder e à ideologia. Essa relação possibilita identificar aspectos que corroboram com o estabelecimento de um padrão midiático que denote a manipulação exercida.

Para fins do presente estudo, tomamos como referência o caso do menino Bernardo Boldrini (11 anos), que alcançou grande repercussão na mídia brasileira e causou comoção pública ao chegar nos diversos segmentos midiáticos. Nosso recorte, porém, será delimitado

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 02 a 04 de julho de 2015.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – PPGEL/UFRN, email: ricellefernandes@ig.com.br

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Comunicação Social da UFRN, email: adrianoufrn@gmail.com



no jornal impresso “Folha de São Paulo”, por ser um dos jornais de maior circulação nacional e maior tiragem⁴, em um período compreendido entre 17 de abril e 05 de junho de 2014.

Bernardo era um garoto que morava na cidade de Três Passos (RS) com o pai, a madrasta e a meia-irmã, tendo um histórico de relação conturbada com seu pai e madrasta que o criavam. Após desaparecer, no dia 4 de abril de 2014, foi encontrado morto dez dias depois, no dia 14 de abril de 2014, em uma cova rasa em um matagal na cidade de Frederico Westphalen (distante 80km de Três Passos). No mesmo dia, os principais acusados foram presos pela polícia: o seu pai, Leandro Boldrini; a madrasta, Graciele Boldrini; e a amiga do casal, Edelvânia Wirganovicz. Posteriormente, a polícia decretou ainda a prisão temporária de Evandro Wirganovicz (irmão de Edelvânia) por suspeita de ter ajudado a ocultar o corpo.

Desse modo, partimos do ponto de vista das teorias da comunicação e do jornalismo, que abordam o fazer jornalístico enquanto um processo seletivo e influenciador, e das perspectivas da análise do discurso de linha francesa, que articulam o linguístico com o social. A partir desse arcabouço teórico, o artigo foca na relação clara existente entre o discurso midiático e o senso comum hegemônico, tornando a mídia um poder simbólico visivelmente presente no cotidiano da população.

Recorrentemente, inclusive no caso a ser estudado, a mídia condena suspeitos e produz notícias de modo a direcionar para determinado ponto de vista que a maioria concorda, em especial quando se refere à elite dominante. Nesses casos, as práticas jornalísticas tendenciam, de maneira irresponsável, um julgamento que só caberia ao poder judiciário.

2. A CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA SOB A PERSPECTIVA DAS TEORIAS DO JORNALISMO

Na perspectiva das teorias do jornalismo, observamos que para um fato virar notícia precisa ser considerado como de relevância pelo profissional do jornalismo e apresentar um elevado valor de noticiabilidade. Como tal, o jornalista detém o crivo de selecionar fatos e acontecimentos, naquilo que Mc Combs e Shaw (apud TRAQUINA, 2003) chamaram de *gatekeeping*. De certo modo, essa seleção faz com que o público passe a dar importância somente àqueles fatos que são noticiados, ganhando a atenção pública justamente aquilo que a mídia divulga. Gera-se com isso uma espécie de dependência cognitiva, como diz Wolf (2005):

⁴ Fonte: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>



Salientando essa crescente *dependência cognitiva* da mídia, a hipótese da *agenda-setting* postula um impacto direto – ainda que não imediato – sobre os destinatários, que se configura segundo dois níveis: a. a “ordem do dia” dos temas, argumentos, problemas, presentes na agenda da mídia; b. a hierarquia de importância e de prioridade com que esses elementos estão dispostos na “ordem do dia”. (WOLF, 2005, p. 145-146)

Em outras palavras, a capacidade que os meios de comunicação possuem de evidenciar determinado tema estabelece uma hierarquia que tende a ser seguida pela opinião pública. Desse modo, o que for mais interessante para os meios de comunicação passa também a ser para a comunidade, como uma espécie de valoração que é imposta de cima para baixo.

Podemos dizer que, mais do que simplesmente selecionar as informações, o jornalista ou o *gatekeeper* ainda é o responsável por escolher a maneira de transmitir aquelas informações. Diante disso, Pena (2008) destaca:

Revelar o modo como as notícias são produzidas é mais do que a chave para compreender o seu significado, é contribuir para o aperfeiçoamento democrático da sociedade. Para isso, utilizo a perspectiva teórica do *newsmaking*, que considera o trabalho jornalístico a construção social da realidade. (PENA, 2008, p. 71)

Como observado, o *newsmaking* diz respeito ao processo de produção da notícia em si, e, como tal, seu entendimento é fundamental para a compreensão do porquê a notícia tende a ter uma carga valorativa associada aos seus responsáveis diretos. A forma como determinado fato será noticiado, tendo em vista a fonte de onde provém tal informação, decorre justamente desses valores, conforme assinala Traquina (2005):

Devido à necessidade de impor ordem no espaço e no tempo, a ‘estória’ do jornalismo, no seu funcionamento diário, é descrita como sendo essencialmente ‘estória’ da interação de jornalistas e fontes oficiais. As fontes provêm sobretudo da estrutura do poder estabelecido e, por isso, as notícias tendem a apoiar o status quo. (TRAQUINA, 2005, p. 199)

Estabelece-se aqui uma nítida vinculação entre o que é noticiado e o que é de interesse das fontes oficiais, fontes essas estabelecidas precipuamente pelo poder político dominante, conforme observado pelo autor no trecho acima. Por esses e outros motivos é que alguns teóricos denominam o jornalismo enquanto quarto poder, além dos três poderes devidamente estabelecidos (executivo, legislativo, e judiciário) pelo estado democrático. Outros, por sua



vez, citam que o jornalismo possui o dom de trazer à tona a opinião daqueles que contestam os valores dominantes, servindo como um contra-poder. Se faz interessante considerarmos a dualidade aqui presente, conforme abordado a seguir:

Devido à importância da "relativa autonomia" dos jornalistas, a existência de valores e normas profissionais, bem como a pujança de toda uma cultura que atrai um número significativo de jovens que já acreditam na mitologia jornalística, a crescente capacidade por parte de diversos agentes sociais em participar e, às vezes, vencer (n) o xadrez jornalístico, defendemos a posição de que seria mais correto afirmar que o jornalismo é um Quarto Poder que defende sobretudo o status quo, mas periodicamente realiza o seu potencial de contra-poder. (TRAQUINA, 2005, p. 201)

Sendo assim, os teóricos da área da comunicação tendem a apontar o jornalismo como uma fonte que pode ser utilizada tanto para exercer poder, impondo ideais e conceitos à população subjugada, como para dar voz a essa mesma minoria subjugada. É uma teoria que se contrapõe, ou melhor, dá um novo olhar sobre o poder exercido pela mídia, revelando também o lado pelo qual os próprios jornalistas são manipulados pelo sistema. Nesse sentido, Charaudeau (2013) considera que a mídia muitas vezes deforma a realidade:

É preciso ter em mente que as mídias informam deformando, mas é preciso destacar, para evitar fazer do jornalista um bode expiatório, que essa deformação não é necessariamente proposital. Mais uma vez, é a máquina de informar que está em causa, por ser ao mesmo tempo poderosa e frágil, agente manipulador e paciente manipulado. (CHARAUDEAU, 2013, p. 253)

Observemos como a máquina de informar é capaz de servir a dois lados ao mesmo tempo, o que vai de encontro às teorias de construção da notícia que abordam a atuação de diversas forças (de ordem pessoal, social e cultural, dentre outras) que moldam a notícia até que seja veiculada. Nesse percurso, ficam impressas as ideologias e discursos que se pretendem ser repassados no texto, conforme veremos a seguir quando abordarmos a relação entre discurso e poder.

3. DISCURSO E PODER NO GÊNERO JORNALÍSTICO

A partir dos pressupostos vistos, convém destacarmos agora como os estudiosos da linguagem enxergam esse poder emanado do gênero jornalístico. Nesse vasto campo, são os linguistas aplicados que se preocupam em investigar os problemas sociais nos quais a



linguagem tenha um papel central, como é o caso da manipulação do discurso com o objetivo de exercer poder, assim evidenciado por Moita Lopes (2013):

Em um mundo atravessado pelo poder de forma multidirecionada e que apresenta desafios para uma série de significados sobre quem somos, que constituíram o cerne da modernidade, é crucial pensar formas de fazer pesquisa que sejam também modos de fazer política ao tematizar o que não é tematizado e ao dar voz a quem não tem. (MOITA LOPES, 2013, p. 21-22)

Dito de outro modo, os estudos da linguagem detêm também uma missão social de fazer pensar sobre o que não está posto e dar voz a pensamentos não abordados cotidianamente dada a imposição de ideias por parte da hegemonia predominante. É o que denominamos de poder estabelecido e mantido pelo discurso pelos mais diversos meios, dentre eles o midiático.

No contexto da linguística aplicada, temos uma vertente que se ocupa em estabelecer relações entre o texto e o contexto no qual ele foi emitido. Trata-se da análise do discurso de linha francesa, cujos analistas supõem “que um sentido oculto deve ser captado, o qual, sem uma técnica apropriada, permanece inacessível.” (MAINGUENEAU, 1993, p. 11).

Para isso, a AD dá conta de unidades mais complexas da linguagem recorrendo a conceitos exteriores ao domínio da linguística imanente, utilizando-se da interdisciplinaridade com campos tais como o histórico e o psicológico, não admitindo uma simples extensão da linguística. Sobre isso Orlandi (2012) enfatiza:

Nessa confluência, a Análise de Discurso critica a prática das Ciências Sociais e a da Linguística, refletindo sobre a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua. (ORLANDI, 2012, p. 16)

Nesse sentido, uma das principais características da AD é a de aliar o linguístico ao sócio-histórico, analisando o discurso e a ideologia, verificando, dentre outras coisas, como se estabelecem as relações de poder a partir de determinados textos. Esses dois pontos são justamente os núcleos da AD: *ideologia* e *discurso*.

Ao analisarmos o primeiro conceito nuclear, de acordo com o teórico Althusser (1985), observamos que a *ideologia* possui a função de mediadora da coesão social do grupo, exercendo função de dominação e/ou deformação. Para manter a coesão social do grupo, a classe dominante utiliza mecanismos de perpetuação do atual *status*, fazendo uso dos Aparelhos Repressores do Estado – ARE (governo, administração, etc.) e dos Aparelhos



Ideológicos do Estado – AIE (religião, escola, mídia, informação, etc.). Sobre os AIE, Althusser (1985) nos afirma:

Se considerarmos que por princípio a “classe dominante” detém o poder do estado (de forma clara ou, mais frequentemente por alianças de classes ou de frações de classes) e que dispõe portanto do aparelho repressivo) do Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante seja ativa nos Aparelhos Ideológicos do Estado. (...) Nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado. (ALTHUSSER, 1985, p. 71)

Tradicionalmente, aqueles que detêm o poder são os que possuem o acesso preferencial ou o controle sobre recursos materiais específicos, tais como o dinheiro, ou recursos simbólicos. Não há necessidade de coerção se podemos doutrinar e manipular as pessoas. Essa manipulação muitas vezes é sutil e materializada por meio de recursos essenciais como as notícias, ou órgãos de destaque como os grandes órgãos de comunicação. Nesse sentido, Van Dijk (2008) considera que:

a sociedade não funcionaria se não houvesse ordem, controle, relações de peso e contrapeso, sem as muitas relações legítimas de poder. Nesse sentido, muita análise social envolve a análise de poder e das noções relacionadas. (VAN DIJK, 2008, p. 27).

Quando tentamos analisar e demonstrar como a linguagem utilizada pelos meios de comunicação social moldam conceitos e ditam normas, observamos quão evidente se torna a manipulação e o poder exercido pelo discurso daqueles que controlam tais órgãos, geralmente grandes conglomerados ligados a políticos ou a elite simbólica. Para tanto, devemos nos ater a aspectos tais como: o contexto situacional, a situação de controle e a produção das notícias, bem como a sua divulgação e penetração na sociedade.

É evidente que a linguagem jornalística, considerando que foi selecionada e moldada por um profissional do ramo, possui como pressuposto um componente ideológico e político daqueles que a produzem ou a editam. Como comumente se aborda nos estudos linguísticos, toda produção textual carrega um pouco do entendimento interno e características de seu autor.

Nesse contexto, do ponto de vista da AD, cabe-nos apresentar o segundo conceito nuclear, o de *discurso*. Na visão de Foucault (1999), o conceito de discurso está relacionado à ideologia e ao poder, funcionando com um jogo estratégico e polêmico. Brandão (2004) destaca o seguinte pensamento de Foucault:



e) O discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder;

f) A produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder. (BRANDÃO, 2004, p. 37)

É justamente essa característica da elaboração das notícias que vem sendo largamente utilizada por seus profissionais como elemento de manipulação por pressões externas e internas, contrariando sua essência, que é a de informar e promover a interação social. Quanto a isso Foucault (1999) afirma:

Eis a hipótese que gostaria de apresentar esta noite, para fixar o lugar – ou talvez o teatro muito provisório – do trabalho que faço: suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1999, p. 8-9)

Desse modo, as mídias fazem parte dessa rede complexa de controle, organização e distribuição do discurso. São as linhas editoriais que ditam o que deve ser produzido e noticiado, cabendo aos jornalistas aplicar essa determinação, conforme observado a seguir por Cruz e Pedrosa (2008):

Neste trabalho, foi possível identificar que o tradutor de discursos, ou jornalista, revela-se tanto em texto informativos quanto opinativos, a serviço da linha editorial do jornal, sendo ela que orienta todo o fazer jornalístico. (CRUZ e PEDROSA, 2008, p. 87)

Ao constatar o fato de que poucas empresas de comunicação de grande porte controlam realmente as principais fontes de notícias, enquanto muitas outras apenas retransmitem e retextualizam esses mesmos textos, a pesquisadora chega ao fato de que realmente existe uma tendência de uniformização. O que observamos, portanto, é a manipulação em jogo, o uso do discurso das mídias para valorar aquilo que é de interesse da elite ou do discurso hegemônico vigente.



4. O DISCURSO DA VIOLÊNCIA E O CASO DO MENINO BERNARDO BOLDRINI

Na sociedade atual, na qual a mídia apresenta um papel de destaque na transmissão não só de notícias mas também de valores e conhecimentos, as grandes empresas controladoras dos veículos de comunicação enfatizam bruscamente a divulgação e a espetacularização da violência cotidiana. Se, por um lado, busca-se o apelo midiático da audiência e da venda em grande escala, por outro, tende a incutir uma sensação de violência alarmante e distancia a atenção de assuntos mais importantes, atitude típica da relação de poder existente entre os controladores das mídias e o grande público.

Nesse sentido, o jornalismo se aproxima daquela visão de “aparelho ideológico de estado” de Althusser (1985) ao manter a distração das massas oferecendo-lhes o que é mais atrativo. Szpacenkopf (2003) diz que:

Na verdade, defendemos que a mídia se aproveita da violência existente, justamente porque esta interessa ou se faz interessar ao espectador, o qual carrega consigo ingredientes que podem facilitar, a ligação com atos violentos. (SZPACENKOPF, 2003, p. 44)

Ora, se o público alvo da mídia está pronto a consumir essa violência cotidiana e em doses cada vez mais elevadas, a mídia não mede esforços em exercer seu papel de propagador desse estado de violência e do senso comum a ele atrelado. Para tal, se utiliza de um discurso simplificado e superficial, bem como do poder de julgamento ao fazer coberturas de crimes e fatos policiais. É o que ocorre no caso em análise, da cobertura do crime de homicídio do menino Bernardo Boldrini feita pelo jornal Folha de São Paulo.

O primeiro ponto a ser abordado é a forma como o jornal impresso se utiliza de sua credibilidade para apontar e julgar acusados de maneira manifesta e impensada, utilizando-se da palavra de autoridades como verdade absoluta. Vejamos o seguinte trecho:

A Polícia Civil gaúcha afirma já ter reunido provas da premeditação do assassinato de Bernardo Uglione Boldrini, 11. O corpo do garoto foi encontrado nesta semana, em um matagal em Frederico Westphalen (a 447 de Porto Alegre e a 80 km de Três Passos, cidade onde ele morava). A delegada Caroline Machado afirmou ontem que vai indiciar o pai, o médico Leandro Boldrini, 38, a madrasta, a enfermeira Graciele Ugulini, 32, e uma amiga do casal, a assistente social Edelvânia Wirganovicz, 40, sob suspeita de homicídio qualificado. (FOLHA DE SÃO PAULO, 18/04/2014)



Como posto, a reportagem se utiliza do argumento da autoridade ao citar a palavra da delegada. Observamos ainda uma forte presença do discurso jurídico/policial, ao se utilizar de vocabulário próprio e que talvez não seja de conhecimento do leitor mediano, tal como “premeditação”, “indiciar” e “homicídio qualificado”. Utilizando-se de uma prerrogativa de jornal destinado a um nível social elevado, a Folha de SP estaria contrariando a essência de ser um veículo de comunicação democrático, a partir do momento que se utiliza de palavras de difícil compreensão ao senso comum.

O uso desse linguajar técnico é um modo de assumir o discurso jurídico e policial para si, uma vez que, como tal, o discurso jornalístico passa a se revestir tanto das prerrogativas de credibilidade e ordenamento próprias do discurso jurídico, como das prerrogativas de investigação e acusação/defesa próprias do discurso policial. Com essa perspicácia, o jornal atribui para si uma relevância que adquire ares de órgão de imprensa da mais elevada importância e notório saber frente ao seu leitor, característica típica de uma relação de subordinação deste em relação àquele.

Vejamus outro exemplo no qual a palavra da autoridade detêm o destaque máximo de verdade pré-anunciada:

Madrasta ameaçou Bernardo, diz delegada

A delegada Caroline Machado, responsável pela investigação do assassinato de Bernardo Boldrini, 11, afirmou que será usado como prova um vídeo em que a madrasta ameaça matar o menino.

As imagens, segundo ela, provam que o pai era conivente com a mulher e também maltratava o filho. (FOLHA DE SÃO PAULO, 27/08/2014)

Observamos a ênfase que é dada às afirmações da delegada responsável pela investigação do crime, ainda no título da reportagem, já que evoca-se a palavra de autoridade perante os leitores da notícia. Tudo isso para chegar a uma conclusão de que se trata de uma verdade incontestável. Como consequência dessa autoridade, a mídia jornalística não faz cerimônias ao assumir o papel de investigadora e apuradora de fatos. Senão, vejamos:

A Folha apurou que a tese da premeditação se baseia no depoimento de Edelvânia. Ela confessou que começou a cavar a cova de Bernardo dois dias antes da morte do menino, segundo a polícia. (FOLHA DE SÃO PAULO, 18/04/2014)

Neste fragmento, percebe-se a clara relação de forças presente na formação discursiva em jogo, perante a qual a mídia detêm o poder de investigar e apontar os acusados, revelando

o papel de poder policial, e ainda nos remetendo à noção de quarto poder, como citamos em capítulo anterior. Outra amostra de divulgação de provas por parte da mídia assegura o seguinte:

Uma gravação feita dentro da casa onde vivia o garoto Bernardo Boldrini, que foi assassinado em abril no interior do Rio Grande do Sul, mostra o menino dizendo que quer "se matar" e que tem marca de agressões pelo corpo. (...) A gravação, divulgada nesta quinta-feira pelo grupo RBS, foi feita por Graciele, que aparenta cuidar do bebê do casal em meio à briga. (FOLHA DE SÃO PAULO, 29/08/2014)

Convém ressaltarmos que o Grupo RBS é uma das afiliadas da Rede Globo, de modo que observamos aquilo que havíamos citado anteriormente, o fato de que as notícias são retransmitidas e retextualizadas livremente pela mídia, funcionando como uma grande teia de interesses. É lícito atentar ainda como o jornal destaca a alcunha que o pai do menino Bernardo teria ganhado ao ser “julgado” como o responsável pelo assassinato do próprio filho:

O médico Leandro Boldrini, virou “doutor morte” entre a população. Uma das faixas coladas na porta da casa da família diz: “O herói que salvou tantas vidas acabou com a do próprio filho”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/04/2014)

O uso do vocábulo “doutor morte”⁵ remete a um discurso anterior de um conhecido médico que incentivava a prática da eutanásia e que, por tal atitude, era bastante criticado devido à polêmica que tal assunto provoca na sociedade. Além de remeter a um discurso que se liga diretamente à morte, o jornal opta por destacar essa alcunha como modo de espetacularizar e julgar o pai do menino assassinado. Atribui ao pai não apenas o papel de acusado, mas o de um protagonista que assume ares de monstro.

A Folha de SP faz ainda um destaque para a faixa colada na porta da casa da família, e se assim o faz, acata tal situação como uma verdade, ainda que se remeta a uma simples frase de um cartaz que emite a opinião manifestada por algum cidadão. Desse modo, o jornal assume essa verdade para si em momento no qual as investigações ainda estavam em seu

⁵ Dr.º Jack Kevorkian, ou o “Doutor Morte”, criou nos Estados Unidos, no ano de 1988, uma máquina que ajudava as pessoas a se suicidarem, com o objetivo de auxiliar a eutanásia para aqueles pacientes que assim o desejassem.



início, considerando o fato que a notícia foi veiculada no dia 17 de abril de 2014 (apenas três dias após a descoberta do corpo de Bernardo Boldrini e início das investigações acerca de sua morte).

Por fim, e não menos importante, temos a influência do caso na aprovação de lei ordinária que se arrastava por anos até ter uma resolução após a repercussão gerada pelo caso do menino Bernardo Boldrini:

O Senado aprovou ontem (4/6) a chamada Lei da Palmada, que estabelece punições para quem impuser a crianças ou adolescentes castigos que resultem em sofrimento físico. O texto segue para sanção da presidente Dilma. O projeto determina que as crianças sejam educadas sem o uso de castigo físico ou "tratamento cruel ou degradante, como forma de correção, disciplina ou educação". Proposto pelo governo Lula, ele estava em discussão havia quatro anos no Congresso. (...)

Defensora da proposta, a apresentadora Xuxa Meneghel acompanhou a votação da tribuna, ao lado do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), e com o neto do parlamentar em seu colo. Ela chorou ao final da votação.(...)

O projeto ganhou o nome de Lei Menino Bernardo, em homenagem a Bernardo Boldrini, morto em abril, no Rio Grande do Sul, aos 11 anos. Seu pai, a madrasta, uma amiga e o irmão dela foram indiciados por suspeita de envolvimento no crime. (FOLHA DE SÃO PAULO, 05/06/2014)

Observamos aqui a presença de uma formação discursiva vinculada ao universo legislativo, caracterizada pela utilização de vocábulos tais como “Lei”, “sanção” e “projeto”, bem como a força que o caso de repercussão midiática teve. Ao levantar-se a questão dos maus tratos que o menino Bernardo supostamente sofria por parte de sua família, veio à tona a discussão acerca de projeto de lei que tramitava há mais de 4 anos e que se propunha a estabelecer punições para quem impuser a crianças ou adolescentes castigos que resultem em sofrimento físico.

Com tal intento, a mídia utilizou-se do caso do menino Bernardo Boldrini, dando destaque ainda a uma personagem ilustre que se manifestou sobre o caso, a apresentadora Xuxa, que esteve presente por ocasião da votação do projeto de lei. Restou evidente que a rápida tramitação do projeto de lei se deveu principalmente à repercussão da mídia, fato que impulsionou a sua entrada em pauta e a rápida finalização, resultando na criação da Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010/2014, de 26 de junho de 2014).



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos com essa análise como a mídia manipula notícias de violência veiculadas cotidianamente com objetivos específicos de ditar a verdade, transformar os casos em espetáculo e atrair a opinião pública para aquilo que elas mencionam, em detrimento de outros casos ou opiniões. Tudo demonstrado com exemplos de um único caso retratado por um jornal de grande veiculação nacional.

Estes e outros elementos foram esmiuçados através de critérios próprios da análise discursiva aplicados à pesquisa proposta, demonstrando como as notícias relacionadas ao corpus direcionam um pensamento único, sendo admitido como verdade aquilo que a mídia menciona. Desse modo, trata-se de uma análise de grande responsabilidade social, no momento em que se propõe a verificar o jogo de interesses em voga e servir de instrumento de conhecimento, possibilitando à sociedade agir de maneira a modificar tal modelo imposto.

Não nos resta outra conclusão a não ser aquela por nós arrolada no presente estudo, ou seja, o uso do discurso torna a mídia um poder simbólico visivelmente presente no cotidiano da população, por diversas vezes contrariando a finalidade original que a mídia possui de informar e promover a harmonia social. Isso levando-se em consideração a aplicação ao jornalismo policial, cujo caráter de divulgar a violência cotidiana como um modo de alerta e de cobrança de atitude por parte das autoridades se subverte em um espetáculo midiático de entretenimento e alarde levando a população a uma tensão cotidiana.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estados. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 128 p.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CRUZ, Patrícia Monteiro; PEDROSA, Cleide Emília Faye. Discursos midiático e político: articulações entre o discurso e o poder. In: PEDROSA, Cleide Emília Faye; BEZERRA, Antônio Ponciano; CARDOSO, Denise Porto. (Org.) **Mapeando teorias e práticas textuais**. 1. ed. São Cristóvão/SE: Câmara Brasileira de Jovens Escritores/RJ, 2008.



FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 17 abr. 2014.

_____. São Paulo, 18 abr. 2014.

_____. São Paulo, 27 ago. 2014.

_____. São Paulo, 29 ago. 2014.

_____. São Paulo, 05 jun. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. 198p.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi Mendes; ROCA, Maria del Pilar. (Org.) **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos.** 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 100 p.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. **O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

_____. **Teorias do Jornalismo.** 2. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2005. (volume 1)

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.